



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 63ª
(SEXAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 3 DE AGOSTO DE 2016**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Delmasso, Celina Leão, Raimundo Ribeiro, Julio Cesar e Agaciel Maia

SECRETARIA: Deputada Telma Rufino

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 46 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 16 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PR
- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PPS
- Deputado Chico Leite – Rede
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – Rede
- Deputado Cristiano Araújo – PSD
- Deputado Delmasso – PTN
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – PSB
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PPS
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PSDB
- Deputado Roosevelt Vilela – PSB
- Deputada Sandra Faraj – SD
- Deputada Telma Rufino – sem partido
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB

Obs.: O Deputado Juarezão – PSB encontra-se em licença para tratar de interesse particular, de acordo com o AMD nº 23/2016.



1 ABERTURA

Presidente (Deputado Delmasso):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Mensagens nºs 147 a 151, de 2016**, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 165, de 2016**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dá origem ao **Processo nº 25, de 2016**.
- **Projetos de Lei nºs 1.211 e 1.212, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Projeto de Lei nº 1.213, de 2016**, de autoria do Deputado Lira.
- **Projeto de Lei nº 1.214, de 2016**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2016**, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela.
- **Indicações nºs 8.044 a 8.053, de 2016**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.
- **Indicações nºs 8.054 a 8.057, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Indicações nºs 8.058 a 8.061, de 2016**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Indicação nº 8.062, de 2016**, de autoria do Deputado Lira.
- **Indicações nºs 8.063 a 8.068, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Moção nº 424, de 2016**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Requerimentos nºs 1.946 e 1.947, de 2016**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Requerimento nº 1.948, de 2016**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ, em nome do Bloco Amor por Brasília

- Desaprova a resposta do GDF às reivindicações dos policiais civis, bem como a conduta do Governo em face da greve dos servidores da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb.
- Acusa o Governo de negar o diálogo com os servidores, e estima que a proposta do Poder Executivo aos policiais civis será rejeitada pela categoria.
- Solidariza-se com os servidores, e repudia tentativas de intimidação ocasionadas pelas suas críticas ao Governo.

DEPUTADO DELMASSO, em nome do PTN

- Discorre sobre o Projeto de Lei Complementar – PLP nº 257/2016, e critica especialmente as disposições relacionadas à elaboração do orçamento, por considerá-las um incentivo à irresponsabilidade fiscal.



– Conclama os pares a apoiarem, junto às suas respectivas bancadas na Câmara do Deputados, a rejeição do projeto.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA CELINA LEÃO – PPS

– Parabeniza os servidores da Caesb por sua luta em defesa da empresa, e frisa que a Companhia não é do Governo, e sim do Distrito Federal.

– Destaca que hoje três carreiras do Executivo estão em greve: Metrô, Caesb e Polícia Civil, e atribui o problema à intransigência do Governo, que não se dispõe a dialogar com os servidores para buscar alternativas, como esta Casa fez com os seus servidores efetivos.

– Expressa a sua preocupação com a possibilidade de o GDF entrar em colapso, causando mais prejuízo aos cidadãos, devido à má-gestão dos recursos públicos e à incapacidade do Governador Rollemberg em dialogar com as categorias mobilizadas.

– Acusa o recebimento de um abaixo assinado para abertura da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Popular, e manifesta o seu respeito aos servidores da Caesb pelas vinte e cinco mil assinaturas recolhidas.

– Declara que o cumprimento, por esta Câmara Legislativa, do seu papel fiscalizador resgata a credibilidade do cidadão no Poder Legislativo e comprova a autonomia desta Casa em relação ao Executivo.

– Manifesta o seu espanto com o fato de o GDF, em vez de afastar do cargo o Subsecretário acusado de cobrar propina até que as denúncias apresentadas na CPI da Saúde sejam apuradas, ter afastado o Delegado que se dispôs a investigar as denúncias.

– Manifesta o seu espanto com o fato de o GDF ter afastado do cargo o Delegado que se dispôs a investigar as denúncias de cobrança de propina apresentadas na CPI da Saúde, em vez de afastar o Subsecretário acusado de cobrá-las, até que as acusações sejam devidamente apuradas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PPS

– Parabeniza os servidores da Caesb pela sua luta em prol da Companhia.

– Lamenta o nepotismo denunciado pelos servidores da Caesb, bem como a lerdeza que tem caracterizado o Governo local.

– Critica os bajuladores do Governador pelo desserviço que praticam.

– Opõe-se à decisão do Governo Federal de autorizar isenções tributárias a produtos destinados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

– Discorda de decisão judicial que reconheceu a Terracap como detentora do direito de propriedade sobre as terras da região do Jardim Botânico, e assinala que não houve participação governamental nas benfeitorias realizadas na localidade.



– Reivindica ao GDF providências céleres para a regularização dos condomínios no DF, e sustenta que, nesse processo, o Governo não deve orientar as suas políticas com base em objetivos exclusivamente econômicos.

– Considera injusta a pretensão do Governo de alienar por valor de mercado as áreas dos condomínios, uma vez que constituiria enriquecimento ilícito do Estado, e pontua que este não contribuiu para as benfeitorias existentes.

– Lembra que durante o seu primeiro mandato parlamentar formulou com o Ministério Público do DF termo de ajuste de conduta que proporcionava instrumentos legais para a regularização fundiária dos condomínios mediante a transferência de propriedade a preços justos.

– Opina que as políticas do atual Governo evidenciam continuísmo da gestão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

– Comenta a reivindicação dos empregados da Caesb.

– Questiona a apatia do Governador em negociar com as categorias em greve para atender as suas demandas.

– Reprova veementemente a implantação de organizações sociais na área da saúde do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

– Informa que acompanhou ontem, com o Deputado Cláudio Abrantes, as negociações do GDF com os servidores da Polícia Civil, e revela a sua preocupação com a contraproposta apresentada pelo Governo de conceder o reajuste em três parcelas: uma em outubro deste ano, outra em 2018 e a última em 2019.

– Afirma que a proposta do Governo contraria o disposto no PLP nº 257, de 2016, que proíbe os Estados de transferirem despesas para o Governo seguinte, mesmo em caso de reeleição do titular.

– Rebate o argumento do GDF de que o próprio Governo Federal apresentou proposta semelhante, uma vez que este havia sido apresentado antes de o PLP entrar em tramitação.

– Defende a isonomia salarial entre a Polícia Civil e a Polícia Federal, por terem atribuições semelhantes, e frisa que o GDF tem a obrigação de apresentar a proposta dos servidores à União.

– Anuncia que o Tribunal de Contas do Distrito Federal reconheceu o trabalho que havia apresentado nesta Casa acerca das perdas nos recursos do Fundo Constitucional.

– Participa, também, que a Secretaria de Orçamento Federal – SOF reconheceu que o crescimento do DF foi superior ao previsto pelo Governo na LDO, apesar da queda significativa em sua receita corrente líquida, o que proporcionou um montante adicional ao Fundo em torno de 106 milhões de reais.



– Comunica que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça negou o pedido do Ministério Público relativo a um decreto de setembro de 2014, do então Governador Agnelo Queiroz, que estabelecia a realização de novos exames para que cerca de oitocentos policiais continuassem em exercício, e apela ao GDF que corrija a situação funcional desses servidores.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Expediente lido na 63ª Sessão Ordinária, em 3 de agosto de 2016

*Ata considerada lida e aprovada na 64ª Sessão Ordinária, de 11/8/2016.
(Obs.: a íntegra do expediente lido nesta sessão consta da publicação desta ata
no *Diário da Câmara Legislativa*)*